

“Post” quer Brasil menos intransigente

O *Washington Post* publicou um editorial ontem condenando a relutância do Brasil em aceitar as condições exigidas pelos bancos credores para fazerem concessões na questão da dívida. O jornal afirma também que uma solução temporária, como a que está sendo tentada, não resolverá, mas é a única opção diante das indefinições da Constituinte no Brasil. Eis a íntegra do editorial:

Com os problemas do mercado de ações, o dilema da dívida brasileira com os bancos torna-se mais difícil. Faz oito meses que os brasileiros suspenderam os pagamentos de suas dívidas, atualmente superiores a 70 bilhões de dólares. Cerca de um terço desse montante é devido aos bancos americanos e, de acordo com as normas americanas, as autoridades reguladoras agora precisam decidir se determinam que os bancos comecem a anulá-lo.

Anular a dívida reduz o capital de um banco. A maior parte dos grandes credores do Brasil já criou reservas especiais na primavera passada levando em conta essa possibilidade e até a semana passada os reguladores poderiam tê-los instruído a anular 10% do total, sem qualquer grande preocupação. Mas com toda a estrutura financeira sob grandes tensões, qualquer coisa que diminua a liquidez e a capacidade do sistema bancário continuar emprestando normalmente vai requerer reflexão cuidadosa. Também há um risco de que, se a anulação da dívida começar, alguns bancos tentem recuperar prejuízos tomando propriedade brasileira — a carga de um navio ou, talvez, um avião. Nas atuais

condições, qualquer perturbação do comércio seria prejudicial.

Mas os reguladores americanos não podem simplesmente ignorar a recusa do Brasil a pagar. Eles não desejam dar a impressão, nem para os devedores nem para os bancos, de que a quebra de compromissos não tem consequências.

O Brasil deseja concessões em sua dívida mas fica ressentido com as condições que os países credores geralmente impõem — a mais importante das quais é reforma econômica. As concessões na dívida são uma forma de assistência externa e os credores têm direito de pedir ao beneficiados que atuem de forma a fazer o que for possível a fim de permitir que as suas próprias economias funcionem mais eficientemente.

Infelizmente, o governo brasileiro parece considerar esse tipo de condição como um desrespeito à soberania do país e um ataque ao seu orgulho nacional. O Presidente José Sarney vem fazendo um trabalho fantásticamente deficiente na administração da economia e sua autoridade está se dissipando. Enquanto isso, o Congresso brasileiro está elaborando uma Constituição e não está claro quanto tempo o mandato de Sarney vai durar ou mesmo se o país continuará a ter um regime presidencialista. Em meio a essa confusão, é difícil para o Brasil estabelecer diretrizes a respeito de uma questão tão carregada de emoções quanto a dívida aos bancos.

As autoridades reguladoras estão tentando encontrar uma solução temporária em que cada lado entregue um pouquinho — os bancos, o Brasil e até mesmo os reguladores — a fim de ganhar um pouco de tempo sem colisões e sem anulação da dívida. Isso não vai resolver nada. Mas nas atuais circunstâncias, talvez seja a melhor solução — se puder ser administrada.